

Permanências e Rupturas no processo de independência e na construção da Economia Nacional (c. 1780/ 1840)*

Luiz Fernando Saraiva e Nelson Mendes Cantarino**

Quando os 200 anos da independência do Brasil trazem mais temor e dúvidas sobre a construção da nação do que motivos para comemoração, fica a estranha sensação de que falhamos na tarefa de pensar e projetar o nosso futuro a partir da compreensão de nosso passado. Isso causa ainda mais espanto quando sabemos que a História enquanto conhecimento surgiu muito precoce e poderosamente na tarefa da construção de nossa nacionalidade.

Mas para além de simples comemorações – o lembrar coletivamente – as efemérides como a deste ano podem ser oportunidades para problematizar os acontecimentos que dão coerência a memória de determinadas sociedades ou grupos sociais. Por muito tempo passaram a ser desconsideradas por historiadores e economistas que, como cientistas sociais assumiram a noção de processo histórico e ainda o caráter político que as efemérides evocam para a construção das ideologias dominantes. Mas não precisa ser assim. Um exemplo são as comemorações do centenário de nossa independência, em 1922, um ano que ficou marcado para a historiografia como o da Semana de Arte Moderna em São Paulo, a fundação do Partido Comunista Brasileiro em Niterói e a revolta do forte de Copacabana. Naquela oportunidade existiram aqueles que reconstituíram cenários do antigo império e a emergência de novos atores para interpretar uma jovem república que já mostrava os primeiros sinais de senectude.

Em 1972 o sesquicentenário da independência promoveu talvez a maior viragem no uso das efemérides pelos estudiosos da História. Em plena ditadura militar, um conjunto dos melhores pesquisadores do país promoveu uma

* DOI: 10.29182/hehe.v25i1.879

** Respectivamente: (1) Professor de História Econômica do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense (IHT-UFF) | Email: luizfernandosaraiva@id.uff.br | ORCID: 0000-0002-2795-538X | (2) Professor de História Econômica do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-UNICAMP) | E-mail: nelsonmc@unicamp.br | ORCID: 0000-0001-6878-4479



grande revisão sobre o significado e o sentido da independência e que, em grande medida, até hoje norteiam as principais pesquisas do “campo”. Do ponto de vista econômico as grandes interpretações que relacionavam o passado colonial do país ao seu desempenho medíocre no concerto das nações desenvolvidas se relacionaram a desconstrução do próprio heroísmo ou do sentido de nacionalidade – majoritariamente inexistente entre nós nas quadras de 1822. Uma independência que foi sem nunca ter sido, um estado que ainda não era nação, as obras publicadas nesse momento necessariamente tiraram muito do heroísmo e patriotismo que o regime político tentava emular.

Mas nossa historiografia é profícua no estudo do processo que nos levou ao status de Estado independente. Afora os inúmeros relatos de cronistas sobre o período colonial (ou em linguagem neutra, anterior a nossa independência) já em 1821 – portanto um ano antes de nossa independência) – assistimos Luiz Gonçalves dos Santos escrever o seu **Memórias para servir à historia do Reino Unido do Brazil** (...) que somente foi publicado em 1825 em Portugal. A essa publicação seguiu-se uma série de outras com especial destaque para a primeira parte do **Historia dos principaes successos politicos do Imperio do Brasil** de José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairú publicado em 1827. Até mesmo autores estrangeiros debruçaram-se sobre o tema. Robert Southey abordou passagens do período colonial e os acontecimentos que antecederam a ruptura com Portugal em seu **History of Brazil** (1810-1819). Tais esforços anteriores a construção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) criado em 1838 mostram a importância que a História terá para a construção da jovem nação que surgia.

Em relação à História Econômica e as contribuições que essa área do conhecimento pode fornecer para a compreensão de nossa independência, cumpre destacar que seu “surgimento” foi relativamente tardio entre nós, com as publicações de obras como **História Financeira e Orçamentária do Brasil** de Liberato Castro Carreira de 1889, **Histórico da Formação Econômica do Brasil** de Vitor Viana em 1922 e os **Pontos de Partida para a História Econômica do Brasil** de José Gabriel de Lemos Brito no ano seguinte. Mas, a partir daí construiu linhagens interpretativas que serviram de suporte teórico aos projetos de desenvolvimento econômico do país, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Em menor escala o livro **História Econômica do Brasil** de Roberto Simonsen (1937) e, principalmente **Formação Econômica do Brasil Contemporâneo** de Caio Prado Junior (1943) e **Formação Econômica do Brasil** de Celso

Furtado (1959) se impuseram como as mais importantes interpretações de nosso passado colonial. De fato, a História Econômica da Independência adquiriu tal força explicativa que no monumental levantamento que fez sobre a Historiografia da independência Jurandir Malerba afirma

Não parece exagero afirmar que o enquadramento teórico predominante e mais influente na historiografia da independência, pelo menos desde os anos 1960, é aquele derivado da abordagem de Caio Prado Jr. Partindo de um ponto de vista marxista, ele procurou entender o “sentido” da colonização, inserindo a história do Brasil num contexto senão planetário, pelo menos ocidental. A história do Brasil explicar-se-ia, nessa ótica, como um derivativo da história européia, no contexto da expansão do capitalismo comercial. Nessa tese jaz a base das teorias da dependência. (Malerba, 2006a, 38)

O mesmo autor ressalta, no entanto, que “Trata-se de uma interpretação engessada em quadros interpretativos de ferro, que retiram do processo histórico toda a cor e todo o brilho das relações sociais vividas pelos agentes” (Idem, 39) e aponta para a vasta produção historiográfica surgida desde a década de 1980 como portadora de novos temas, questões e objetos para o estudo de nossa independência (Malerba, 2006a, 2006b).

Tal afirmação demonstra que os estudos sobre a Independência do Brasil avançaram muito nos últimos e, particularmente no campo da História Econômica, estes se renovaram com novas temáticas, objetos, metodologias e vertentes teórico-explicativas, O Dossiê **Permanências e Rupturas no processo de independência e na construção da Economia Nacional (c. 1780/1840)** que ora apresentamos é reflexo e prova cabal dessa importância renovada dos estudos sobre a independência e isso por dois motivos principais: o primeiro e já sobejamente conhecido é a própria renovação do fazer historiográfico em momentos de efemérides como nesses duzentos anos, assim como foi em 1972 (sesquicentenário) e ainda em 1922 (primeiro centenário). O segundo é o próprio processo de “viragem” em nosso modelo econômico nas últimas duas décadas. A partir do fim do período militar (década de 1980) a persistente crise econômica – agravada pelo fenômeno inflacionário até meados da década de 1990 – vai se associar a abertura econômica do país, as mudanças em nível mundial e, especificamente no Brasil ao fenômeno que os economistas chamam de “desindustrialização” (Oreiro, Feijó, 2010).

Assim, essa apresentação – utilizando-se dos cânones mais recorrentes da área – irá percorrer a historiografia da independência do Brasil (I) no século XIX, época do predomínio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, (II) nas passagens da monarquia à república com o “aparecimento” de uma história econômica da independência, (III) a construção do modelo do Antigo Sistema Colonial e a formação da Nação para, (IV) fazer uma breve discussão da produção histórica recente com especial destaque para os textos que compõem o presente dossiê.

1. Uma história tradicional e liberal para um novo país

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ou a *Casa da Memória Nacional* será a instituição que irá centralizar a importância da pesquisa histórica como uma das bases da construção da nação no século XIX. É importante ainda destacar que o IHGB também teve uma origem precoce se pensarmos nas experiências de outros países. Se o século XIX foi o século da História na feliz expressão de René Remond no Brasil isso admitiu feições superlativas.

A construção de uma narrativa histórica foi um dos principais empreendimentos dos Estados Nacionais ao longo do século XIX. Neste período, observa-se uma “operação” que ordena e conforma as atividades culturais, a geografia e a história a partir de um objetivo maior, a formação de uma identidade comum. Esta identidade, formadora da maior parte do sentimento nacional, se daria, segundo Eric Hobsbawm, porque “a história é a matéria-prima para as ideologias nacionalistas (...) o passado é um elemento essencial, talvez o elemento essencial nessa ideologia” (Hobsbawm, 1998, 17).

A importância que a História teve na construção do Estado Brasileiro, ainda nas primeiras quadras do século XIX, já foi alvo de diversos estudos, de variadas matrizes teórico-metodológicas. No entanto, no que se refere ao “perfil” do Império Brasileiro, suas “histórias” foram condicionadas à elaboração de um ideal de história “nacional”. A narrativa historiográfica que respondeu, em linhas gerais, ao “espírito da época”, e perpassou todo o século XIX, marcou a criação e as formas narrativas do IHGB. As noções de civilização e cultura, como definidas à época, impunham aos historiadores:

Fazer uma história que tivesse função pedagógica, orientadora dos novos para o patriotismo, com base no modelo dos antepassados. É o velho modelo da história como mestra da vida que se

cultua. Daí certa insistência em biografias de vultos tidos como exemplares. (Iglesias, 2000, 61)

O contexto da criação dos IHGB (a década de 1830) também ajuda a entender esses ideais de ordem, hierarquia e nação – frente as constantes revoltas populares, rebeliões políticas e pulsões centrífugas na feliz expressão de Sérgio Buarque de Holanda (desde interesses locais, sentimentos regionalistas até mesmo movimentos separatistas). Centralizando grande parte da produção nacional na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB), vemos que, no extensivo estudo realizado por Jurandir Malerba acerca da Historiografia sobre a independência do país, tivemos 42 trabalhos publicados na sobre essa temática entre 1838 até 1908 e que representou quase a metade de todos os estudos publicados no país até então (Malerba, 2006a, 21).

O mesmo Instituto promoveu o concurso “como se deve escrever a história do Brasil” em 1844 e que foi vencido por Philliprias de Philli a proposta visionariografia. prba, o autor tir da compreens Von Martius propondo “pensar” o país a partir das suas três “raças” fundantes, o índio, o negro e o branco (Iglesias, 2000). Também foi emblemático os esforços feitos pelo Instituto com o próprio apoio do jovem Imperador Pedro II de se resgatar uma civilização ancestral existente no país *antes* da chegada dos portugueses ou o mito da “Cidade Perdida da Bahia”

Este resgate se daria a partir da descoberta da “cidade perdida da Bahia” uma “lenda” surgida ainda no século XVIII (por volta de 1756) a partir das viagens do Bandeirante João da Silva Guimarães pelo sertão baiano e que teve grande ressonância entre os intelectuais do início do Império – o relato foi inclusive publicado na *RIHGB* em 1839. Grande parte deste interesse se explica pela crença em uma sociedade complexa, dotada de todos os requisitos de civilização (incluindo aí a própria ideia de Estado) anteriores às populações ameríndias da época da descoberta, conquista e colonização. Vários intelectuais participaram deste processo que incluiu, entre outros, o próprio naturalista Philipe Von Martius e o Cônego Januário Barbosa. O Imperador D. Pedro II financiou a expedição solicitada pelo IHGB que:

Influenciada pelo conceito francês de civilização, a elite imperial procurava demonstrar constantemente a ligação do Brasil com o Velho Mundo e sua cultura. Desta maneira, utilizava um parâmetro de comparação com outras formas de sociedade, como a dos ameríndios, para poder expressar seus próprios valores e se auto-

-afirmar (...) A descoberta da cidade perdida refletiria diretamente nesta imagem do Brasil: uma nação em progresso, portadora de vestígios arqueológicos, conhecimentos científicos, ideais e costumes elevados. (Langer, 2002)

Manoel Salgado Guimarães demonstra que uma das funções precípua do IHGB era, portanto, a de escrever a história oficial do Império Brasileiro, independente de Portugal e que se constituiria em um dos pilares do Estado Nacional, assim como as atividades desenvolvidas em outras instituições, tais como as faculdades de Direito, Medicina, Academias Militares e o Colégio Pedro II. A criação do IHGB, durante o Regresso Conservador, tinha ainda, segundo este autor, o sentido específico de “restaurar a ordem e o poder do “Estado” sobre o poder da Casa” (Guimarães, 1988). Com a visível influência de uma historiografia alemã e francesa do século XIX, notadamente avessa ao discurso liberal em sentido estritamente político, mas que valorizava incondicionalmente a produção de documentos para a elaboração de uma narrativa histórica nacional, fica claro que o que marca a atuação do IHGB, bem como de grande parte da historiografia do Oitocentos, é uma história de forte caráter oficial, política e nacional. Embora se possa encontrar notáveis exceções nesta visão, o certo é que os historiadores nacionais até início do século XX foram marcados por uma visão conservadora, não só da sociedade, mas do próprio *fazer historiográfico*.

Neste sentido, a referência fundamental continua sendo Francisco Adolfo Varnhagen e sua **História Geral do Brasil**. Neste livro, Varnhagen faz uma história eminentemente política, que valoriza o sentido de ordem e a própria ideia de “governo”, defende as guerras contra os índios, a escravização do negro e condena movimentos de rebeldia para com a Metrópole; ou seja, reforça uma visão da autoridade do Estado como *fundante* da sociedade brasileira¹. Esta historiografia, da qual Varnhagen surge como grande modelo é normalmente referida como *tradicional* por ter sido, entre outros pontos a primeira “escola” histórica do país. *Tradicional* também no sentido de ser ligada a uma perspectiva conservadora (de tradição inventada ou não). Acrescentamos ainda o termo *liberal* a grande parte produção historiográfica do século XIX por entendemos que, esta produção ao se apropriar da teoria *jusnaturalista* – exatamente na ideia da legitimidade do poder do Estado por sobre a

¹ Não pretendemos desqualificar a obra de Varnhagen, dado ao volume de documentos pesquisados, temas abordados e suas contribuições para a História do Brasil, ressalta-se, porém, a sua adequação a uma dada concepção de Estado e identidade nacional expressa. Para uma análise mais detida da obra do autor ver (Iglesias, 2000, 72-94).

sociedade – compreende a concepção da construção do Estado como uma *teoria* que permeia a noção de sociedade e condiciona as pesquisas e escrita da História.

Assim, nessa tradição, ou corrente *tradicional-liberal*, a compreensão dos motivos da ruptura entre o Brasil e Portugal foram menos as crises relativas de um “sistema colonial” – algo quase inexistente na análise dos autores – e mais o “amadurecimento” do processo civilizatório inaugurado no século XVI. O esforço civilizacional da colonização lusa, com a criação de todo o aparato jurídico-legal – desde a fundação de Capitânicas, Vilas, Governos gerais, passando pelo reconhecimento de Instituições como Irmandades e Misericórdias, até chegar aos Bandos e demais decisões régias – teria se completado durante o período joanino (1808-1821) como o momento de consolidação de uma estrutura nacional, ao mesmo tempo que, estaria sendo “atualizada” de acordo com as mudanças da época. A “ruptura” teria sido um “fenômeno” menor precipitado pelos conflitos gerados a partir da Revolução Liberal de 1820 e das incompreensões que a conturbada quadra do primeiro quartil do século XIX legou ao continente americano.

A própria opção monárquica que será duramente criticada em momentos posteriores foi vista como prova desse processo “civilizado”. Os conflitos (poucos) foram resolvidos pela participação das lideranças forjadas no antigo reino, agora transplantado para o jovem país. A própria participação popular foi expressivamente notada por essa historiografia no sentido de ser um “povo” ordeiro. Nesta tradição, os movimentos de independência ou as mudanças econômicas em nível mundial pouco teriam relação com o processo de independência e de construção do nosso Estado propriamente dito.

Os vários movimentos separatistas não teriam sido estudados por esses historiadores *tradicionais-liberais* ou teriam sido vistos como sediciosos, sem maiores reflexos ou consequências em nossa história como se depreende da leitura da obra de Varnhagen (Iglesias, 2000). Também a recuperação e valorização dos personagens desses movimentos, particularmente à imagem de Tiradentes, somente teria ocorrido na República (Carvalho, 1990). Na verdade desde 1846 foram publicados documentos na RIHGB sobre o evento e sobre a prisão e julgamento de Tiradentes, muito embora a Conjuração Baiana ou Revolta dos Búzios de fato não tenham merecido atenção pela historiografia do século XIX.²

² Entre as obras publicadas acerca da inconfidência mineira temos um capítulo do livro de Robert Southey *Conspiração em Minas Gerais no ano de 1788 para a Independência do Brasil*: artigo trad. da **History of Brazil**

2. Passagens da monarquia à república

O final do Império e a passagem para a República representou, no entanto, um momento de elaboração de novos questionamentos a respeito da história nacional e de incremento das chamadas histórias regionais. Também foi um momento de grande continuidade em relação à produção anterior, até mesmo pelo triunfo das concepções *liberais* que marcaram o período, até pelo próprio protagonismo do IHGB e ainda de uma produção *semi* ou praticamente *oficial*.

Emblemático nesse sentido é a publicação ainda em 1889 da obra **História Financeira e Orçamentárias do Império do Brasil desde a sua Fundação – Precedida de alguns apontamentos acerca da sua fundação**, por Liberato de Castro Carreira. O subtítulo da obra já demonstrava de maneira quase pleonástica a importância do Estado na fundação da Nação e todo o esforço contábil realizado pelo autor reafirma o caráter *jusnaturalista* da empreitada. A história do Brasil é a história dos documentos oficiais do país, incluindo aí a contabilidade nacional e o orçamento como as bases de sua História Econômica.

Os intensos debates sobre o “lugar que as ideias” terão na sociedade brasileira do XIX já demonstraram como uma das nossas grandes peculiaridades será o ordenamento uma “visão de mundo” geral e universal à uma realidade distinta e também particular. Negar a influência deste arcabouço liberal e da experiência brasileira entre os historiadores *tradicionais-liberais* é, segundo o nosso entendimento, negar a própria concepção de mundo que define grande parte destes autores. Mesmo que esta “filiação” não seja consciente ou opere no nível das escolhas intelectuais, justamente por isso ela é mais importante, quem nos lembra disso é John Maynard Keynes, quando “avisou” que “homens práticos, que acreditam estarem isentos de influências intelectuais, são geralmente escravos de algum economista já extinto” (Keynes, 1992).

Se encontramos muitas continuidades na produção historiográfica da independência, é sintomático que na passagem do Império para a República uma das “viragens” no sentido da produção historiográfica foi aquela que assumiu maior ênfase regional. Ao final do período imperial assistimos aos

de Roberto Southey (1846) a tradução foi atribuída a José Resende da Costa, membro do IHGB e falecido em 1841 entre outros documentos que citam a inconfidência mineira temos *Documentos sobre a conjuração de Tiradentes* (1867); *Correspondência do vice-rei Luís de Vasconcelos acerca da conjuração que teve lugar na capitania de Minas Gerais no ano de 1789* (1869); *Cópia do ofício do visconde de Barbacena dando conta para a corte de haverem abortado os planos do Tiradentes e seus sócios* (1877) *Memória do êxito que teve a conjuração de Minas e dos fatos relativos a ela acontecidos nesta cidade do Rio de Janeiro desde o dia 17 até 26 de abril de 1792* (1881).

primeiros trabalhos publicados na *RIHGB* já traziam artigos sobre as guerras pela independência nas províncias, tendência essa que irá se consolidar mais no período republicano.³

A criação de vários Institutos Históricos e Geográficos de caráter estaduais é ainda uma demonstração mais significativa desse processo, pois vem de 1894 a criação do **Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo** (IHGSP) e o **Instituto Geográfico e Histórico da Bahia** (IGHBA); em 1896 e 1900 vemos a criação do Instituto **Histórico e Geográfico de Santa Catarina** (IHGSC) e do **Pará** (IHGPA) respectivamente. Já nas primeiras décadas do século XX são criados, diversos outros Institutos Históricos e Geográficos ‘estaduais’ como o da **Paraíba** (1905); de **Minas Gerais** (1907); do **Sergipe** (1912); do **Espírito Santo** (1916); do **Mato Grosso** (1919); do **Rio Grande do Sul** (1920) e do **Maranhão** (1925). Tais dados são mais relevantes ainda quando pensamos nas diversas tentativas “malsucedidas” de se criarem instituições históricas similares durante o império.⁴

Parte significativa destes institutos irão produzir estudos e pesquisas sobre os processos de independência regionais na mesma medida em que os estudos sobre independência “desaparecem” das páginas da *RIHGB*.

No primeiro período republicano a comemoração do 1º centenário da independência (1922) foi o fato mais relevante que mobilizou a produção historiográfica nacional e consolidou novos rumos interpretativos. Novamente o *IHGB* organizou na esteira da efeméride o **1º Congresso Internacional de História da América**, na cidade do Rio de Janeiro organizado entre os dias 7 a 15 de setembro de 1922. Esse esforço possuía raízes anteriores como uma maior participação de membros “americanos” no *IHGB* e ainda

³ Entre os trabalhos publicados ainda no período imperial temos *1826-1900 Catálogo dos governos que tem tido a província do Maranhão depois de proclamada a independência em 28 de julho de 1823* (Marques, 1873). Para o período posterior ao Império obviamente o número de trabalhos irá crescer, cf. por exemplo *Exposição de fatos que comprovam a prioridade de Pernambuco na independência e liberdade nacional* (Codecera, 1890). Também é sintomático uma das últimas publicações na *RIHGB* de um texto inédito de Varnhagen, o “pai” dessa historiografia, nos referimos ao artigo *História da Independência do Brasil até o reconhecimento pela antiga metrópole: compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data* (1916).

⁴ Podem ser considerados como ‘exceções a regra’ a criação do Instituto Provincial da Bahia, fundado em 1855 e fechado em 1877; do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGSP), fundado em 1860 e extinto em 1863; o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) em 1862; o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) em 1869 e o Instituto do Ceará em 1887, antes, portanto, da proclamação da República. Em sentido contrário, mas também como exceção, temos a criação tardia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ) somente em 1957. Não é nosso objetivo aprofundarmos essas particularidades regionais e nem citar a emergência de inúmeros institutos históricos e geográficos municipais, porém para uma aproximação do tema, (cf. Salgado, 2002 e ainda Silva 2006).

a atuação do chanceler Barão do Rio Branco frente à esta instituição (G Guimarães, 2005).

Também foi nas esteiras das comemorações do centenário de nossa independência que encontramos o primeiro trabalho especificamente de História Econômica sobre a independência do Brasil. O livro **Histórico da Formação Econômica do Brasil** de Victor Viana foi publicado às expensas do Ministério da Fazenda e traz uma interpretação de nossa colonização e independência a partir dos interesses econômicos construídos aqui no país. Em uma visão ainda francamente positiva ao processo colonizador europeu, o autor afirma que esse foi o responsável pela própria construção das nacionalidades americanas:

O homem por toda a parte transforma o local para o habitar. Mas em nenhum lugar como na sua transplantação para a America essa formidável acção se exerceu com tanta efficacia e successo.

Em dois séculos de occupação, a noção de patria e de nacionalidade foi se espalhando e robustecendo. Então tudo dependeu exclusivamente da questão economica. Tudo passou a se subordinar á relativa independencia de recursos para organizar o movimento emancipador. (Viana, 1922, p. 11)

O autor atribui ainda a colonização da América ao processo de industrialização da Europa quando afirma “Todo o progresso industrial do século XIX que principiou no fim do século anterior na Inglaterra, proveio do desenvolvimento da produção diferenciada dos povoadores da America” (idem, 40). Na visão de Victor Viana, foi ainda no período da mineração que se construiu o “sentimento”, a “unidade” e o “espírito de nacionalidade” (Idem, Capítulo VII, 131-146). O livro discorre sobre o nosso processo de independência destacando a autonomização da nossa economia em relação à Portugal (Capítulo VIII), das ideias econômicas entre nós e suas influências (Capítulo IX) e do próprio processo de independência em si, a partir dos eventos econômicos como o crescimento do comércio, das finanças públicas durante o período joanino (Capítulo X).

Ainda em consonância com as tendências da época, a obra trata de maneira comparativa os vários processos de colonização e independência ocorridos na América do Norte (Capítulo II) e na América Espanhola (Chile, Argentina, México e Peru – Capítulo III) por fim realiza “ensaios” sociológicos sobre raças, sub-raças e a importância e necessidade de se estimular a

imigração (Capítulo IV). Tais posições estavam bem de acordo com os novos estudos acerca das origens do desenvolvimentismo brasileiro para períodos anteriores a 1930 (Salomão, 2020) vemos que o livro já trazia temáticas e defesas bem próximas de um protecionismo originário do pensamento econômico alemão (Bruzzi, 2021) como se pode perceber na passagem abaixo

Ha assim no proteccionismo aduaneiro um sacrificio da grande massa dos habitantes em beneficio de um grupo privilegiado e usurpador; mas as industrias que se geram á custa desse sacrificio e que nascem em atmospheria artificial, tomam vigor graças ao monopolio dos mercados internos e passam depois a ser riqueza de verdade. Toda a historia economica das relações da America e da Europa é a demonstração patente desses princípios (Viana, 1922, p. 41).

3. O Antigo Sistema Colonial e a (re)construção da Nação

O final da 1ª república foi marcada por uma série de transformações na sociedade brasileira. A crise da economia agroexportadora – particularmente do setor cafeeiro que se arrastava desde o final do século XIX – foi se agravando, não obstante a intervenção estatal através da política de valorização do café. Ao mesmo tempo o desenvolvimento urbano e industrial do país gerava novos grupos de pressão e interesses que se materializaram em vários movimentos ao longo do período. Em 1922 ano que seria emblemático pela comemoração dos 100 primeiros anos de nossa independência acabou ficando mais conhecido pelos outros eventos que galvanizaram a opinião (ao menos dos historiadores): a Semana de Arte Moderna, a Revolta do Forte de Copacabana e a fundação do Partido Comunista Brasileiro obliteraram a dimensão que tal efeméride teve para a sociedade da época.

A chamada “Revolução de 1930” trouxe novos atores para o cenário político e também o processo de modernização da economia brasileira – com a ampliação e construção de estradas, ferrovias, usinas elétricas, indústrias e urbanização –, que remontava ainda a 2ª metade do XIX, complexificava a nossa sociedade criando novos grupos de pressão que se materializaram em diversas conturbações sociais desde pelo menos o início da 1ª República (Sevcenko, 1998). Todo esse processo se acelerou com o golpe de 1930, onde a “troca” de grupos que ocupavam o poder atendeu, de certa forma, a esses novos grupos que vinham se formando. O processo de industrialização e

modernização que ocorria então encontrará “eco” e conformação nas Ciências Sociais e em uma nova intelectualidade que se construía no país. Não é demasiado chamar a geração a qual pertenceu Celso Furtado como a de “os intérpretes do Brasil” (Cândido, 2013).

As grandes obras historiográficas que interpretaram a nossa econômica (e nossa independência) nesse período foram, como já dito **História Econômica do Brasil** de Roberto C. Simonsen, publicada em 1937, **Formação do Brasil Contemporâneo** de Caio Prado Junior, publicado em 1942 e **Formação Econômica do Brasil** de Celso Furtado que, publicada em 1959, dialogava com uma produção crescente sobre a nossa História Econômica.

Se na obra de Roberto Simonsen abundam dados de comércio, preços e moedas, além de uma narrativa bastante detalhada das etapas econômicas (ou ciclos) do Brasil Colonial, não há uma interpretação propriamente dita do caráter dessa economia e a sua conexão com a situação presente no país, embora haja uma poderosa interpretação de uma colônia e uma experiência histórica eminentemente mercantil, ou seja, integrada aos fluxos do comércio mundial desde sempre.

A interpretação de uma herança colonial (e imperial) danosa para a economia brasileira no “presente” (das décadas de 1930, 40 e 50) distinguiu os dois livros subsequentes. Tanto Caio Prado Junior quanto Celso Furtado atribuíram ao caráter mercantil e escravocrata da colonização portuguesa a condição de nossa evolução como uma economia dependente do mercado internacional, incapaz de se reproduzir internamente (ou internalizar a renda) e com um mercado interno insignificante. Isso equivale a dizer que, para esses autores, durante o período colonial, nossa dependência diante de Portugal era tamanha que não havia possibilidade de efetivamente termos alguma capacidade de acumulação endógena, sendo nossas riquezas extraídas e canalizadas para os cofres da metrópole.

O processo de nossa independência foi, do ponto de vista econômico, a ruptura do modelo colonial, dado por um período de acumulação mercantil (ou mercantilista) pela superação desse modelo a partir da Revolução Industrial e do Capitalismo ao longo do século XIX. Na década de 1970, quando as críticas ao modelo explicativo proposto por Furtado e Prado Junior começam a aflorar, também assistimos a defesa (1972) e publicação (1979) da tese de doutorado do Professor Fernando Novais, **Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial 1777-1808**, talvez a melhor síntese do ponto de vista teórico-metodológico dessa corrente. O livro leva ao ex-

tremo a noção de capitalismo comercial e ainda da inserção do Brasil nos circuitos mercantis mundiais ao relacionar, por exemplo, os lucros mercantis do tráfico de escravos à implementação da escravidão nas Américas e não o contrário como até então era visto. Também a sua explicação sobre o processo de independência como decorrente da crise do sistema colonial consolidou-se como a principal vertente explicativa.

Essas interpretações foram tão ou mais poderosas porque justificaram grande parte do esforço de industrialização do país operado pela política desenvolvimentista nos anos de 1950 até a década de 1960 e que possuíram grande continuidade nos anos seguintes ao golpe militar de 1964 (Bielschowsky, 1995)

A década de 1970 marcou o início de uma grande e renovada produção historiográfica sobre nossa independência. Na esteira da comemoração dos 150 anos de independência (1972) e ainda nos primeiros enfrentamentos mais significativos aos governos militares que se prolongavam de maneira cada vez mais repressiva, o período assistiu a “explosão” de um grande número de trabalhos sobre o tema. De um lado o IHGB através de sua Revista publicou 15 artigos nos anos de 1972 (8) e 1973 (7) incluindo um **Curso sobre o Sesquicentenário da Independência do Brasil**.⁵

Por outro lado, a historiografia especializada que estava se consolidando no país com a consolidação do campo universitário e dos primeiros programas de pós-graduação entre nós. Tivemos a publicação de trabalhos que promoveram grandes viragens na compreensão do processo de independência. Como dito anteriormente, em 1972 a historiografia usou a efeméride para refletir não apenas sobre o processo histórico, mas para denunciar o autoritarismo de nossa sociedade e os arbítrios da ditadura militar. Além disso, a própria noção de “independência” foi problematizada enquadrando a situação brasileira em estruturas mais abrangentes, como o Antigo Sistema Colonial e o capitalismo que se consolidou no decorrer do século XIX. Aqui a historiografia econômica brasileira embasou seu olhar crítico tanto no marxismo,

⁵ Entre os títulos publicados entre 1972 *O local da proclamação da Independência do Brasil* (Amaral); *Monumento do Ipiranga* (Costa); *As testemunhas do grito do Ipiranga* (Costa); *Memória sobre a Independência do Brasil* (Melo); *Um soldado da Independência* (Pestana); *Angola e a Independência do Brasil* (Spalding); *A Independência do Brasil e o Rio Grande do Sul* (Spalding) e *O Fico* (Valadão). Já em 1973 temos *Curso sobre o Sesquicentenário da Independência do Brasil*; *A Marinha nas lutas da Independência* (Guedes). *O jornalismo e a Independência* (Lima-Sobrinho); *Reconhecimento da Independência do Brasil e do Império* (Oliveira); *Estrutura agrária brasileira na época da Independência* (Rios); *A Independência do Brasil do ponto de vista militar terrestre* (Santos) e *A criação dos cursos jurídicos: símbolo da independência nacional* (Venâncio Filho).

como nas teorias do desenvolvimento que denunciavam nossa dependência aos centros do poder econômico.

Certamente as obras coletivas organizadas por Carlos Guilherme Mota a partir de 1968 foram marcos em nossa historiografia (Mota, 1968 e 1972). Entre as várias contribuições originais que os livros apresentam, gostaríamos de chamar a atenção para duas em particular: os artigos de Maria Odila da Silva Dias e de Emília Viotti da Costa.

Em **Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil**, Emília Viotti da Costa apresenta um recorte historiográfico no qual divide a produção em torno da independência em uma “historiografia tradicional”, autores como Varnhagen, Tobias Monteiro e Oliveira Lima, com suas leituras baseadas em acontecimentos políticos e na descrição dos acontecimentos que levariam ao sete de setembro; e em uma “nova historiografia”, como o Caio Prado Jr. de **Evolução Política do Brasil** (1933), com suas contextualizações mais abrangentes relacionando o processo de independência com o desenvolvimento do capitalismo industrial e a crise do Antigo Regime (Costa, 1972).

Viotti da Costa já aborda a “crise do sistema colonial”, com a crise de um mercantilismo caracterizado como a aliança entre um capitalismo comercial e os Estados Modernos. No momento em que o capital industrial torna-se dominante e a burguesia ascende e conquista poder político, uma nova situação se impõe inclusive nas colônias, onde surge a crítica ao sistema colonial e um clamor por mudanças na relação entre metrópole e colônia. No entanto, as elites coloniais não passaram à crítica da estrutura da produção colonial. Criticava-se os monopólios comerciais e a pressão dos comerciantes reinóis pela manutenção do exclusivo. Mas a ideia de independência estava absolutamente desligada de projetos de subversão ou modificação do ordenamento social do novo Estado brasileiro. A escravidão continuaria sendo a base do trabalho produtivo e um instrumento do ordenamento social e de uma cidadania não inclusiva.

Maria Odila da Silva Dias avança na perspectiva da continuidade da influência de certos grupos da elite brasileira após o sete de setembro (Dias, 1972 e 2009). Não é possível desassociar a crítica à Metrópole ao pensamento ilustrado luso-brasileiro e àqueles que se estabelecem como burocratas no Rio de Janeiro transformado em capital do Império Português após 1808.

A ideia de continuidade perpassa todo o argumento.⁶ É uma crítica às

⁶ O argumento da continuidade havia sido trabalhado por Sérgio Buarque de Holanda (1985).

interpretações baseadas na leitura das independências como uma luta entre os povos da colônia e metrópole, fundamental para a conformação de uma nacionalidade própria. Silva Dias também altera o enfoque das pressões externas – interesses britânicos, ideias críticas da Ilustração, as propostas de recolonização por parte das Cortes de Lisboa – deixando de lado a imagem de uma luta civil entre colônia e metrópole. Seu foco ilumina processos internos, destacando dois eixos: o enraizamento de certos interesses portugueses e a interiorização da metrópole no centro-sul do território da colônia. Aqui o acontecimento central é o estabelecimento da Corte portuguesa no Rio de Janeiro em 1808.

A continuidade da estrutura política, administrativa e econômica estabelecida a partir da abertura dos portos também será forjada a partir de um sentimento de insegurança social – o medo de insurreições generalizadas e do “haitinismo” – que será o catalizador de uma ideologia conservadora e contrarrevolucionária. É na aproximação de interesses de grupos como os grandes proprietários rurais do Centro-Sul, dos burocratas da Corte e dos comerciantes das cidades litorâneas e do abastecimento, que devemos compreender a coesão e os mecanismos de defesa da elite no período de estabelecimento de um Estado independente, com configuração imperial.

4. Os últimos anos e a renovação da História Econômica

Olhando as dissertações e teses defendidas no país, encontramos algumas novas tendências no que se referem aos estudos de nossa independência.⁷ Encontramos 36 doutorados e 60 mestrados defendidas entre 1987 até 2021 no catálogo de teses e dissertações da Capes que tratam diretamente de aspectos do nosso processo de Independência, afóra tantos outros (97 teses e dissertações) que tratam de temas correlatos ou que ocorreram no período compreendido pela Independência (1808 até 1831 pelo menos).

Um dos principais assuntos que chamaram a atenção dos pesquisadores foram o surgimento, impasses e consolidação da Imprensa no país. Pelo menos 09 teses e dissertações trataram especificamente de jornais, jornalistas e debates ocorridos no período da vinda da família real até a ruptura política

⁷ Realizamos a última consulta o portal de tese e dissertações da capes em 15 de abril de 2022 onde encontramos um total de 26.798 trabalhos de mestrado e doutorado em História entre 1987 até o ano de 2022 na grande Área de Ciências Humanas, subáreas de História, nos programas de 75 instituições, cf. <<http://catalogodeteses.capes.gov.br/>>.

com Portugal. Desnecessário dizer que os jornais sempre foram uma das principais fontes de informação para as pesquisas sobre esse período, principalmente pelo viés político. Os trabalhos aqui arrolados são especificamente *sobre a Imprensa* como os jornais **O Revérbero Constitucional Fluminense**, **O Correio Brasiliense**, **O Conciliador** e **O Argos da Lei**, além de jornalistas como Hipólito da Costa (Ferreira, 2011; Galves, 2010; Fernandes, 2010, Lustosa, 1997; Siqueira, 2011; Araújo, 2008; Leite, 1997; Silva, 2010, Silva 2010b).

Uma outra tendência que pode ser esboçada são trabalhos que resgatam o próprio centenário da independência (1922) e ainda o sesquicentenário (1972). Cerca de seis (06) dissertações e teses estudaram as duas efemérides e, entre outros assuntos, a relativa invisibilidade para os historiadores posteriores a 1922 e a grande importância dos 150 anos (1972) devido ao contexto político do país (Meneses, 2000; Cerveiro, 2004; Moraes, 2006; Sant'ana, 2008; Almeida, 2009; Junqueira, 2010; Cordeiro, 2012). Outro aspecto que chamou a atenção foram pesquisas que abordaram uma perspectiva mais comparativa de nossa independência em relação aos demais países da América Espanhola, como o mestrado e o doutorado de João Paulo Pimenta Garrido, defendidos na USP em 1999 e 2004, **Estado e nação na crise dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)** e **O Brasil e a América Espanhola – (1808-1822)** respectivamente e que se tornaram referências na área e nos novos estudos que trataram do tema .

Outra tendência que se manteve e aprofundou foram os estudos de caráter regional, abordando diversos temas de cores e nuances locais. Maranhão, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Paraíba, São Paulo foram as principais províncias que receberam atenção de estudos monográficos, levantando temas que iam da adesão a um projeto “nacional”; a participação das várias classes ou camadas sociais; grupos específicos que atuaram até mesmo as lutas e processos independentistas.

Na crítica ao caráter macro-estrutural das interpretações da História Econômica da Independência Malerba afirmava ser necessário que “Os processos emancipatórios precisam ser entendidos e explicados em suas nuances locais” (2006a, 30), isso vem de encontro aos estudos realizados nos últimos anos e que, parte significativa desse Dossiê responde. Das teses e dissertações defendidas nas últimas décadas, encontramos trabalhos que não somente estudam as “nuances locais” entendidas como estudos de caráter regional – tendência já presente pelo menos desde o final do século XIX – mas sim e

principalmente ações locais e processos econômicos mais detalhados do que somente as grandes tendências da economia internacional.

Ainda analisando as dissertações e teses defendidas nos principais programas do país, encontramos, pelo menos, cerca de 15 trabalhos que abordaram o processo de independência dentro de uma perspectiva econômica. Essas pesquisas, em sua grande maioria, se concentraram em estudar grupos de negociantes e famílias de proprietários de terras durante o período compreendido entre a crise do sistema colonial até os primeiros anos do Império do Brasil (Piñeiro, 2002; Schnoor, 2005; Berute, 2011; Mattos, 2015). Também as relações comerciais entre a economia brasileira e os vários portos no mundo foram objetos de estudos (Chaves, 2001; Eber, 2008; Tasso, 2010).

Já em relação as práticas e o pensamento econômico nos vários momentos da independência foram alguns das “velhas” temáticas revisitadas (Diniz, 2002; Pereira, 2009; Silva, 2007). Por último, as mudanças nos mundos do trabalho dos escravizados (Lima, 2001; Neto, 2006) e ainda as relações de crédito entre particulares (Souza, 2015, 2021) apareceram como novos objetos e agentes de estudo de uma historiografia econômica nos estudos sobre o período.

Essa renovação do “campo” também pode ser vista no presente dossiê, onde os artigos trazem temáticas distintas das usuais, sinalizando novas linhas de investigação que, necessariamente ensejarão sínteses mais sofisticadas sobre as transformações do Brasil no momento da sua construção enquanto nação.

O artigo **Como Tiro e Cartago: portos livres/Portos francos e a economia política do Império português numa perspectiva global (1808-1824)** de Jesus Bohorquez resgata as tentativas de “abertura dos portos” dentro do Império Luso em pelo menos 3 décadas anteriores à 1808. No estudo vemos que pelo menos desde 1780 se discutia transformar Lisboa em um “porto franco” o que significaria isenções tributárias e de foro para os mercadores que se estabelecessem na cidade. Tais discussões redundaram na efetiva criação de um porto franco na cidade em 1796 e que teve duração efêmera. No artigo podemos perceber que as mudanças no comércio internacional na 2ª metade do século XVIII levaram a tentativas de reformas no sistema fiscal e mercantil e que, algumas dessas reformas inclusive incluiriam o Brasil em um novo arranjo mesmo depois de nossa independência. Ou nas palavras do autor “a ideia do porto franco foi considerada com muita atenção mais uma vez no momento da Independência do Brasil, pois alguns credi-

tavam que o porto franco poderia servir para reorganizar o comércio colonial com a antiga colônia” (Bohorquez, 2022).

Esse esforço encontra “ecos” no artigo de Fabrício Prado **Comércio luso-brasileiro no Rio da Prata e a Independência do Brasil: continuidades e rupturas (1777-1824)** que aborda outra “ponta” do comércio internacional nos momentos anteriores a abertura dos portos e ainda nos críticos anos da abertura dos portos até a independência. Um primeiro ponto é que o autor destaca que o comércio do Império Luso, particularmente do porto do Rio de Janeiro era tão intenso na região do Prata que é simplesmente contraproducente classificá-lo como “contrabando”. Levantando as bandeiras dos navios que entraram no porto de Montevideo até 1822 o autor atesta a significativa presença luso-brasileira antes mesmo da anexação da província Cisplatina e aponta para as mudanças ocorridas no momento da independência, o texto encerra mostrando como a perda da Cisplatina em 1828 desarticulou as redes comerciais luso-brasileiras existentes desde o final do século XVIII e contribuiu para as tensões crescentes na região até a Guerra dos Farrapos anos depois.

Se as nuances das mudanças comerciais aparecem nesses dois textos, as transformações promovidas em outros âmbitos da economia desde o final do século XVIII também são alvo de vários estudos presentes nesse dossiê. O artigo **Da moeda metálica ao papel-moeda: as transformações do meio circulante na construção do Império do Brasil (1808-1831)** de Fernando Cerqueira Lima traz importantes contribuições de um dos maiores estudiosos da história monetária do Brasil Colônia e que agora oferece contribuições importantes para a compreensão da rápida adesão do Império do Brasil ao papel moeda. Segundo o autor, diferentemente da Europa, os constantes déficits nas balanças de pagamento, acrescido dos custos da montagem e manutenção do Estado Nacional entre nós – incluindo as estruturas burocráticas e os custos das guerras da independência – fizeram com que grande parte dos metais aqui existentes fossem drenados para fora do país. Isso levou a adoção de novas formas de senhoriagem popularizando a moeda fiduciária.

Esforço semelhante é o texto de Cláudia Chaves **As instituições fazendárias provinciais no contexto da Revolução do Porto e da Independência do Brasil** onde a autora com larga experiência na pesquisa de fiscalidade traz na curta conjuntura dos anos de 1820 até 1823 a criação das Juntas fazendárias nas províncias do ainda “Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves” ou em 1820 e os conflitos gerados pela conjuntura da Revo-

lução do Porto e da instalação das mesmas nas diversas províncias do império em formação. A sua rápida extinção na conjuntura da independência não irá apagar a origem das pulsões centrífugas fiscais que irá marcar a trajetória fiscal do país até pelo menos a consolidação do 2º Reinado.

Se esses dois trabalhos trazem perspectivas institucionais na construção do Estado Brasileiro, os dois artigos seguintes demonstram os contextos de mudanças no pensamento e práticas econômicas da época, da chegada das ideias do iluminismo, liberalismo e da ilustração lusa que irá compor um rico repertório de ideias – e práticas – econômicas entre nós. **Os caminhos da riqueza: “Nova Agricultura”, Fisiocracia e Filantropia – uma economia agrária para o Brasil** é o artigo escrito por José Newton Coelho Meneses aborda os Manuais de Agricultura produzidos na tipografia do Arco do Cego entre 1799 a 1801 e que mostra uma “atualização” na relação econômica entre o homem e a natureza, leia-se as atividades agropecuárias, no limiar da Revolução Industrial. A expansão das atividades agroexportadoras que irá ocorrer no país ao longo de todo século XIX ocorre a partir da expansão do mercado mundial, mas também da busca pelo aperfeiçoamento das técnicas da lavoura e criação com as “chaves” de leitura da Filantropia e da Fisiocracia.

Esforço semelhante é feito por Mônica de Sousa Nunes Martins e Leandro Malavota no texto **Economia e técnica no contexto da Independência do Brasil** que como o próprio título indica aborda o contexto das mudanças na técnica – entendidas aqui de forma ampla como englobando tecnologia e ciência – que ocorriam em uma economia mundial cada vez mais industrializada e em uma nação que se firmava nas atividades supostamente rotineiras, arcaicas e ainda, e cada vez mais, apoiada no braço escravo. Apesar das várias iniciativas de modernização dentro do pensamento luso-brasileiro – inclusive com a criação de várias instituições modernas, como Academia Naval e Militar do Rio de Janeiro (1808 e 1810), a Escola de Cirurgia de Salvador (1808); Academia Médico-cirúrgica do Rio de Janeiro (1813), que se tornam Faculdades de Medicina em 1832, o Real Horto (1808), outras entre – os limites impostos pela nossa economia impediram uma maior expansão de nossas potencialidades no período posterior.

Dialogando com estes dois últimos textos ligados mais ao pensamento econômico, os dois últimos artigos do Dossiê partem para exemplos práticos e abundantes que trazem novos elementos e experiências para a nossa história. O artigo **Trabalho, escravidão e liberdade em estabelecimentos fabris**

dos séculos XVIII e XIX de Mario Danieli Neto aprofunda as investigações do autor sobre as relações entre Escravidão e Indústria no Brasil. Desde o seu doutorado – já citado – o autor demonstra essa existência aparentemente contraditória e a problematiza para além de “exceções que confirmam a regra”. Em extenso levantamento historiográfico de estudos que demonstram uma maior existência de escravizados trabalhando nas fábricas surgidas ao final do período colonial e início da nossa economia “nacional”, Danieli Neto demonstra a necessidade de mais estudos que trabalhem essa realidade de maneira mais integrada a nossa diversidade econômica – mesmo que sob o predomínio da economia agro-exportadora.

O último texto **Tudo que tem valor vira vale: economia e circulação de crédito no contexto da Independência** é de Clemente Gentil Penna, recém laureado com os prêmios de melhor tese em História Econômica pela ABPHE e prêmio Tamás Smerczany (Século XIX) das associações latino-americanas de História Econômica. O artigo é uma derivação de sua tese de doutorado onde o autor demonstra, a partir do Rio de Janeiro, que grande parte do financiamento das atividades de abastecimento, prestação de serviços e mesmo a urbanização foram lastreadas em empréstimos particulares e não institucionais (ou seja, fora de um incipiente mercado financeiro “oficial”). A importância destas atividades creditícias feitas por homens e mulheres comuns, alicerçadas em instituições “antigas” (como vales, letras, hipotecas e outras) mas que são “redimensionadas” no momento da independência (a partir de 1808 pelo menos), demonstra grande parte das rupturas e continuidades da nossa independência e o sentido geral do presente dossiê.

Finalmente, incorporamos ao dossiê uma entrevista com a professora Wilma Peres Costa, autora de uma profícua obra acerca da consolidação e da crise do Estado Imperial. Em nossa conversa, Wilma nos contou um pouco de sua trajetória pessoal e abordou a questão das continuidades e descontinuidades presentes no processo de independência, com um olhar em torno dos dilemas fiscais da consolidação de um novo Estado independente e seus impactos no debate acerca da nova organização institucional do país. A solução imperial e o federalismo são vistos como respostas possíveis dos contemporâneos às disputas entre as forças centralizadoras e a estrutura política herdada do período colonial.

Se os estudos de História Econômica ainda marcam as passagens de uma economia agrário-mercantil em nível mundial, cada vez mais conectada e

globalizada,⁸ para uma economia industrial, plenamente integrada aos fluxos de um comércio verdadeiramente internacional e interconectado que marcam a nossa era, o fato (ou os fatos) mais obscuro(s) são as nuances que cada nação ou área do globo suportou e se adaptou a essa nova realidade vivida. Duzentos anos após a nossa independência, as consequências que esse processo teve na vida dos contemporâneos ainda é assunto para discussão e debates. O presente caleidoscópio de novas visões com recortes aprofundados em questões até então pouco ou superficialmente trabalhadas pela historiografia oferece uma importante contribuição para a compreensão de nosso passado e a retomada de nosso presente.

Referências

ALENCASTRO, L. F. de. Modelos da História e da Historiografia Imperial. In: NOVAIS, Fernando (Org.). *História da Vida Privada no Brasil Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BIELSCHOWSKY, R. A. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BRITO, J. G. de L. *Pontos de Partida para a História Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. do Anuario do Brasil, 1923.

BRUZZI, L. F. *Nationalökonomie nos Trópicos: pensamento econômico alemão no Brasil (1889-1945)*. São Paulo: Hucitec, 2021.

CAIRÚ, J. da S. L., Visconde de. *Historia dos principaes successos politicos do Imperio do Brasil* (Parte I). Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1826.

CANDIDO, A. *O significado de Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, [1967] 2013.

CARREIRA, L. de C. *História Financeira e Orçamentárias do Império do Brasil*

⁸ Nos dizeres de de Erick Hobsbawm a Europa seria até meados do século XVIII “uma economia feudal de negócios”.

desde a sua Fundação – Precedida de alguns apontamentos acerca da sua fundação. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

CARVALHO, J. M. de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.* São Paulo: companhia das letras, v. 11, 1990.

COSTA, E.V. da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *O Brasil em Perspectiva.* São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968, p. 64-97.

DIAS, M. O. *A interiorização da metrópole e outros estudos.* 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2009.

DIAS, M. O. *A Interiorização da Metrópole.* In: MOTA, Carlos Guilherrme (Org.). 1822: Dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 160-184.

FURTADO, C. M. *Formação Econômica do Brasil.* Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1959.

GUIMARÃES, L. M. P. Limites políticos de um projeto intelectual para a integração dos povos do Novo Mundo: o Primeiro Congresso Internacional de História da América (1922). *Topoi*, v. 6, n. 10, jan.-jun. 2005, p. 192-212.

GUIMARÃES, M. L. S. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *Topoi*, v. 3, n. 5, set. 2002.

HOBBSAWM, E. *Sobre a História.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, S. B. *A herança colonial – sua desagregação.* In: HOLANDA, S. B. de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira.* São Paulo: Difel, t. II, v. 1, 1985, p. 9-39.

IGLESIAS, F. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG/IPEA, 2000.

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.* São Paulo: Atlas, 1992.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *O Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 30, n. 2, p. 219-232, 2010.

PIMENTA, J. P. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec, 2002.

PRADO JUNIOR, C. *Evolução política do Brasil (1933)*. 13ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PRADO JUNIOR, C. *Formação Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942.

SALOMÃO, I. C.; MORAES, L. S. O Brasil na Era Vargas (1930-1954): rupturas e continuidades do projeto nacional-desenvolvimentista. In: GRANDI, Guilherme; FALEIROS, R.; SARAIVA, L. F. (Orgs.). *História econômica do Brasil: Primeira República e Era Vargas*. Niterói: Eduff; São Paulo: Hucitec, 2020.

SANTOS, L. G. dos. *Memórias para servir à historia do Reino Unido do Brazil, divididas em tres epocas da Felicidade, Honra, e Gloria; escriptas na corte do Rio de Janeiro, no anno de 1821, e offerecidas A S. Magestade El Rei Nosso Senhor o senhor D. João VI. Pelo P. Luiz Gonçalves dos Santos*. Lisboa: Imprensa Régia, 1825.

SILVA, A. J. M. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia Origem e Estratégias de Consolidação Institucional 1894-1930*. Tese de Doutorado, PPGH/UFBA. Salvador, 2006.

SIMONSEN, R. C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

SOUTHEY, R. *History of Brazil*. Londres: Longman, Hurst, Rees And Orme, Paternoster-row, 1810-1819.

VIANA, V. *Histórico da Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

Referências dos Artigos na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

AMARAL, Á. *O local da proclamação da Independência do Brasil*, 295, p. 17-32, abr./jun. 1972 [com errata em 297, p. 315].

CODECEIRA, J. D. *Exposição de fatos que comprovam a prioridade de Pernambuco na independência e liberdade nacional*, 53(81), p. 327-342, 1890.

COSTA, H. R. da. *As testemunhas do grito do Ipiranga*, 295, p. 70-160, abr./jun. 1972.

COSTA, H. R. da. *Monumento do Ipiranga*, 295, p. 161-163, abr./jun. 1972.

Curso sobre o Sesquicentenário da Independência do Brasil, 298, p. 3-305, jan./mar. 1973.

GUEDES, M. J. *A Marinha nas lutas da Independência*, 298, p. 202-217, jan./mar. 1973.

LIMA SOBRINHO, B. *O jornalismo e a Independência*, 298, p. 104-127, jan./mar. 1973.

MALERBA, J. *Esboço crítico da recente historiografia sobre a independência do Brasil (c.1980-2002)*. In: JURANDIR M. (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006a.

MALERBA, J. *De homens e títulos: a lógica das interações sociais e a formação das elites no Brasil às vésperas da independência*. In: JURANDIR M. (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006b.

MARQUES, C. A. *Catálogo dos governos que tem tido a província do Maranhão depois de proclamada a independência em 28 de julho de 1823*, 36(47), p. 179-184, 1873.

MELO, F. de C. C. e. *Memória sobre a Independência do Brasil*, 295, p. 142-150, abr./jun. 1972.

OLIVEIRA, A. C. de. *Reconhecimento da Independência do Brasil e do Império*, 298, p. 153-184, jan./mar. 1973.

PESTANA, F.R. *Um soldado da Independência*, 295, p. 152-154, abr./jun. 1972.

RIOS, J.A. *Estrutura agrária brasileira na época da Independência*, 298, p. 296-305, jan./mar. 1973.

SANTOS, F.R. *A Independência do Brasil do ponto de vista militar terrestre*, 298, p. 149-52, jan./mar. 1973.

SPALDING, W. *A Independência do Brasil e o Rio Grande do Sul*, 295, p. 3-16, abr./jun. 1972.

SPALDING, W. *Angola e a Independência do Brasil*, 296, p. 31-37, jul./set. 1972.

VALLADÃO, H. *O Fico*. 295, p. 176-180, abr./jun. 1972.

VARNHAGEN, F. A. *História da Independência do Brasil até o reconhecimento pela antiga metrópole: compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data*, 79(133), p. 23-596, 1916.

VENÂNCIO FILHO, A. *A criação dos cursos jurídicos: símbolo da independência nacional*, 299, p. 76-80, abr./jun. 1973.

Dissertações e Teses Citadas sobre História Econômica da independência

BERUTE, G. S. *Atividades Mercantis do Rio Grande de São Pedro: Negócios, Mercadorias e Agentes Mercantis (1808-1850)*. Doutorado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

CHAVES, C. M. das G. *Melhoramentos no Brasil: integração e mercado na América Portuguesa (1780-1822)*. 01/08/2001 357 f. Doutorado em História. Niterói: UFF, 2001.

DINIZ, A. F. *Centralização política e apropriação de riqueza: análise das finanças*

do Império Brasileiro (1821-1889). Doutorado em História Econômica. São Paulo: USP, 2002.

EBER, A. *Relações comerciais e acumulação mercantil: Portugal, Hamburgo e Brasil entre a colônia e a nação*. Doutorado em História Econômica. São Paulo: USP, 2008.

LIMA, S. O. *Braço Forte – Trabalho Escravo nas Fazendas da Nação no Piauí: 1822-1871*. Doutorado em História. Porto Alegre: PUC/RS, 2001.

MATTOS, R. de. *Política e negócios em São Paulo: da abertura dos portos à Independência (1808/1822)*. Doutorado em História. São Paulo: USP, 2015.

NETO, M. D. *Escravidão e indústria: um estudo sobre a Fábrica de Ferro São João de Ipanema – Sorocaba (SP) 1765-1895*. Doutorado em História Econômica. Campinas: Unicamp, 2006.

PASTORE, F. *Soldados Nus: Filhos do Acaso ou Filhas da Glória. Estratégia militar e economia na América Latina Independente: 1810-2000*. Doutorado em História Social. São Paulo: USP, 2007.

PEREIRA, J. A. S. *As discussões econômicas da Constituinte de 1823 e a formação econômica do Primeiro Império*. Mestrado em História. Passo Fundo: Fundação Universidade de Passo Fundo, 2009.

PIÑEIRO, T. L. *“Os Simples Comissários”: Negociantes e Política no Brasil Império*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2002.

SCHNOOR, E. C. *Na penumbra: o entrelace de negócios e famílias (Vale do Paraíba 1770-1840)*. Doutorado em História Social. São Paulo: USP, 2005.

SILVA, K. M. da. *A crise da economia colonial: as dimensões internas das práticas mercantilistas nos escritos de Brito e de Vilhena*. Mestrado em História. Assis (SP): Unesp, 2007.

SOUZA, E. dos S. *Dos Litígios da Obrigação de Crédito: a ação judiciária do Tribunal da Suplicação do Brasil (c.1808/1821)*. Doutorado em História. Niterói: UFF, 2021.

SOUZA, E. dos S. *O mercado de crédito na corte joanina: experiências das relações sociais de empréstimos (c. 1808-1821)*. Mestrado em História. Niterói: UFF, 2015.

TASSO, L. O. P. *Considerações políticas e econômicas sobre Portugal – 1808-1812*. Mestrado em História Econômica. São Paulo: USP, 2010.

Dissertações e Teses Citadas sobre o Centenário (1922) e o Sesquicentenário (1972) da independência

ALMEIDA, A. T. S. de. *O regime militar em festa: a comemoração do sesquicentenário da independência brasileira (1972)*. Tese de doutorado em história social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CERVEIRO, T. V. *Memória da Independência: a comemoração do seisquicentenário da independência do Brasil (1808-1825)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

CORDEIRO, J. M. *Lembrar o passado, festejar o presente: As comemorações do sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. Doutorado em História. Rio de Janeiro: UFF, 2012.

JUNQUEIRA, J. R. *Jornal do Commercio: cronista da história do Brasil em 1922*. Mestrado em História. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

MENESES, G. G. L. *Festas e Forças profundas na comemoração do primeiro centenário da Independência na América Latina (estudos comparativos entre Colômbia, Brasil, Chile e Argentina)*. Doutorado em História. Brasília: UnB, 2000.

MORAES, C. da C. *O Pará em festa: política e cultura nas comemorações do Sesquicentenário da “Adesão” (1973)*. Mestrado em História. Belém (PA): UFPA, 2006.

SANT’ANA, T. R. da S. de. *A Exposição Internacional do Centenário da Independência: Modernidade e Política no Rio de Janeiro do início dos anos 1920*. Mestrado em História. Campinas: Unicamp, 2008.

Dissertações e Teses Citadas sobre a Imprensa e a independência

ARAÚJO, R. C. A. de. *Das Margens do Ipiranga ao Estreito dos Mosquitos: o Maranhão e a Independência do Brasil nas Páginas dos Jornais O Conciliador e O Argos da Lei*. Mestrado em História. João Pessoa: UFPB, 2008.

FERNANDES, A. C. *Revolução em pauta: o debate Correo del Orinoco - Correio Braziliense (1817-1820)*. Mestrado em História Social. São Paulo: USP, 2010.

FERREIRA, P. B. C. *Deputados portugueses e redatores fluminenses na construção da monarquia constitucional portuguesa (1821-1822)*. Mestrado em história social. São Paulo: USP, 2011.

GALVES, M. C. “AO PÚBLICO SINCERO E IMPARCIAL” *Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826)*. Doutorado em História. Niterói: UFF, 2010.

LEITE, R. L. *Republicanos e Libertários: Pensadores radicais da Independência Rio de Janeiro*. Doutorado em História. Curitiba: UFPR, 1997.

LUSTOSA, I. *Jornalismo de insultos*. Doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

SILVA, C. A. F. da. *Ciência, técnica e periodismo no Rio de Janeiro (1808-1852)*. Doutorado em História. Franca: UNESP, 2010b.

SILVA, V. R. da. *O Revérbero Constitucional Fluminense, constitucionalismo e imprensa no Rio de Janeiro na independência*. Mestrado em História. Niterói: UFF, 2010.

SIQUEIRA, L. F. de. *Hipólito da Costa e a maçonaria: A formação da Esfera Pública moderna brasileira e o vocabulário político maçônico no Correio Braziliense*. Mestrado em História. Ouro Preto: UFOP, 2011.